



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA DISCURSIVA**

EDITAL PGM ESTÁGIO FORENSE nº 10, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 9º PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das suas atribuições, **torna público os padrões de resposta esperados, nos termos do presente edital.**

Ficam divulgados os Padrões de Resposta esperados em cada questão, com os critérios que foram observados pela Banca Examinadora para correção, o que deverá necessariamente servir de base para os recursos dos candidatos.

Niterói, 11 de novembro de 2022.

Renan Pontes de Moura

Presidente da Comissão Organizadora

Procurador do Município de Niterói



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA DISCURSIVA

PADRÃO DE RESPOSTA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O prefeito do Município X enviou ao Poder Legislativo municipal projeto de lei que determina o fim da exigência de concurso público para a investidura nos cargos efetivos e empregos públicos municipais. Tal projeto foi aprovado pela Câmara de Vereadores, sancionado pelo prefeito e, posteriormente, promulgada a lei.

Diante do exposto, responda, fundamentadamente, aos questionamentos que seguem:

a) À luz do que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, essa lei é constitucional? Justifique. (10 pontos)

Resposta pretendida:

Sim, a norma é materialmente inconstitucional (5 pontos),

Violação a norma positivada no inciso II, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que determina: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”. (5 pontos)

b) Uma vez identificado vício de inconstitucionalidade, caberia o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de que a referida lei venha a ser declarada inconstitucional? Justifique. (10 pontos)

Resposta pretendida:

Não seria cabível ADI (5 pontos)

A lei municipal não pode ser objeto de ADI perante o STF. Nesse sentido, a norma do artigo 102, inciso I, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, segundo a



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI IX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE PROVA DISCURSIVA

qual: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal”. (5 pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

2) José, ao se distrair olhando seu celular, colide com a traseira de uma ambulância de um hospital público municipal que estava parada aguardando o semáforo vermelho. José ingressa com pedido administrativo de ressarcimento pelo prejuízo financeiro experimentado sob o argumento de que a responsabilidade do Estado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, é objetiva, ou seja, não há necessidade de comprovação de culpa do motorista da ambulância no caso. A pretensão de José merece ser acolhida? (20 pontos)

Resposta pretendida:

A configuração da responsabilidade objetiva do Estado pressupõe a presença de três elementos, quais sejam, o fato administrativo, o dano e o nexo causal. O nexo causal significa a relação de causa e efeito entre a conduta estatal e o dano suportado pela vítima.

De acordo com a teoria do risco administrativo, adotada pelo artigo 37, §6º da CRFB/88, a responsabilidade civil do Estado pode ser afastada na hipótese em que haja causa excludente do nexo de causalidade, como o fato exclusivo da vítima, o fato de terceiro e caso fortuito e força maior.

No caso, é possível argumentar que o dano causado decorreu de fato exclusivo da vítima, o que rompe o nexo causal e, portanto, a responsabilidade civil do Estado, uma vez que o dano causado ao veículo de José se deu exclusivamente em razão de sua conduta negligente. (20 pontos)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

3) Jorge Jesus, com base em contrato destituído de eficácia executiva, propôs, em face do Município de Cabo Azul, ação monitória na qual postula a cobrança de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Não houve oposição de embargos monitórios pelo Município, razão pela qual aplicou o juiz o disposto no artigo 701, §2º, CPC. Intimada a cumprir a sentença, a Fazenda Pública impugnou a execução do título, afirmando sua ineficácia. (10 pontos)

Resposta pretendida:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI IX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE PROVA DISCURSIVA

ANULADA (10 PONTOS)

4) José Carlos, em 01/03/2021, ajuizou ação de reintegração de posse com pedido de tutela antecipada em face de Paulo Cesar, alegando que este último invadira um imóvel de sua propriedade de 210 metros quadrados, situado em área urbana. O juiz deferiu, antes mesmo de ouvir o réu, o pedido de antecipação de tutela, determinando a expedição do mandado liminar de reintegração.

Surpreendido com o ajuizamento da ação e com a decisão proferida pelo juiz, Paulo Cesar procura você, como advogado(a), para defendê-lo na ação, sob alegação que exerce posse contínua e pacífica sobre o imóvel, desde 01/02/2018, sem qualquer oposição, utilizando o bem para sua moradia, já que não possui qualquer outra propriedade imóvel, seja esta urbana ou rural. Afirma, ainda, que passou a habitar o imóvel, sem qualquer interrupção, após a morte de seu pai, que lá também residia sem qualquer turbação ou esbulho, o qual exercia posse contínua e pacífica sobre o bem desde 10/05/2013, já tendo realizado diversas benfeitorias no local durante todos esses anos.

Com base em tais fatos, na qualidade de advogado do réu, qual seria a principal matéria de defesa, com seus elementos fáticos e de direito, para obter a improcedência dos pedidos deduzidos por José Carlos na ação de reintegração de posse? (10 pontos)

Resposta pretendida:

Caber ao candidato expor a possibilidade de alegação de usucapião em defesa, citando preferencialmente a sumula 237, STF, bem como, a seguir, identificar os elementos comuns e específicos da modalidade de usucapião em concreto, no caso, a usucapião especial urbana, de índole constitucional (183, CF), mas também prevista no Código Civil, com viés de concretização do direito à moradia e proteção da família, salientando, dada a especialidade de tal usucapião, a possibilidade de, uma vez reconhecida em defesa gerar título para registro, nos termos da Lei 10.257/01, estatuto da Cidade. Necessário ainda que consiga visualizar a possibilidade de sucessão de posse, tendo em vista o falecimento do pai exposto no enunciado. (10 PONTOS)